

A Bahia negra não mostrada na TV: a invisibilidade dos quilombolas no telejornal BATV¹

Danilo ARAÚJO²
Giovana MESQUITA³
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O trabalho é fruto de uma pesquisa mais ampla, que analisa como a imagem dos quilombolas é construída por dois telejornais de maior audiência na Bahia e no Maranhão (estados com maiores números de comunidades quilombolas). Para esse artigo nos deteremos no BATV, telejornal que possui uma cobertura de 100% do estado da Bahia. Analisamos todas as edições jornalísticas no período de 2012 a 2019, disponíveis na plataforma *Globoplay*. No período foram veiculados 17.686 conteúdos jornalísticos sobre diversas temáticas, mas com relação à temática quilombola, o telejornal veiculou três conteúdos. Utilizamos como aporte teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais, Teoria do Jornalismo, e Análise do Conteúdo (em uma perspectiva quali-quantitativa dos conteúdos veiculados). Destacamos que as imagens dos quilombolas são criadas pelo telejornal com produções de estigmas e estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Teoria das Representações Sociais; Jornalismo; Construção Social da Realidade; Quilombolas.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Curso de Comunicação do PPGCOM-UFPE, e-mail: dbsadanilo@gmail.com; danilo.borges@ufpe.br.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação do PPGCOM-UFPE, e-mail: giovanamesquita@yahoo.com.br; giovana.mesquita@ufpe.br.

Introdução

A televisão ocupa um lugar central na vida da sociedade brasileira, contribuindo de forma relevante na construção da identidade, dos hábitos e do comportamento das pessoas. Já o telejornalismo, de alguma forma, funciona como uma espécie de lugar de referência (VIZEU, CORRÊA, 2008) para as pessoas saberem o que está ocorrendo no mundo que as cerca. Um “lugar”, para muitos brasileiros, muito semelhante ao da família, da escola e do consumo. Quando assistimos a um telejornal, em particular, é como se víssemos o mundo, ele está, ele nos vê. O Jornalismo contribui para contextualizar e também pode ajudar na compreensão das sociedades, ocupando um papel central no processo de construção da realidade social (PEREIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020; SILVA, 2020).

Reforçando o que afirmam os pesquisadores sobre a presença da televisão no cotidiano das pessoas, o relatório final da Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), da Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) aponta que 90% da população brasileira utiliza a televisão para se informar, enquanto 63% assume que esta é o principal meio para a busca de informações. O ano de 2020, marcado pela pandemia do novo coronavírus, evidenciou também um destaque no consumo desse objeto de mídia, pois o número de televisores ligados aumentou e os telejornais se configuraram como campeões de audiência (PADIGLIONE, 2020). Entre essas assertivas, muitos hiatos precisam ser observados no que diz respeito às rotinas do telejornalismo, considerando as produções e processos comunicacionais e implicações sócio-político-cultural presentes nesses contextos.

No nosso caso, um questionamento que aqui se apresenta como questão-problema do artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla, que analisa como a imagem dos quilombolas é construída por dois telejornais de maior audiência na Bahia e no Maranhão, que se configuram como os estados da região Nordeste com o maior número de comunidades quilombolas. Para esse artigo, no entanto, nos deteremos no BATV, telejornal que possui uma cobertura de 100% do estado da Bahia. Especificamente o que se quer compreender é o modo como esse telejornal veicula as temáticas sobre populações quilombolas em suas produções. Queremos observar se os conteúdos jornalísticos veiculados reforçam inclusões ou exclusões sociais desse grupo social. Também

pretendemos analisar as “ancoragens” e as “objetivações”, mecanismos geradores das representações sociais (MOSCOVICI, 2009) sobre os quilombolas nesses conteúdos. Nossa intenção é contribuir com um olhar para o campo da Jornalismo, entendendo como, no cotidiano das redações, os jornalistas pautam temáticas referentes a população quilombola.

Populações quilombolas na contemporaneidade

As populações quilombolas vivem um dinamismo. Se organizam politicamente e afetivamente pela busca de mudanças estruturais, como, por exemplo, o combate ao racismo e a superação da desumanização, imposta ao povo negro no país. A ausência de um conceito advindo do Estado que abarque tal dinamismo, nos faz repensar nas experiências de existência desse grupo. Nesse sentido, os escritos que utilizamos para o nosso entendimento sobre o que são populações quilombolas partem da leitura do quilombola vivo pertencente à comunidade do Saco-Curtume (São João do Piauí, PI), Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, que entende os quilombolas como coletivos que agrupam os sujeitos que se formaram contra os regimes políticos e sociais (repressivos) das épocas. No processo histórico, em território da América Latina, inicialmente esses sujeitos eram aquelas mulheres e homens que lutavam contra o regime colonial. A partir dessa prerrogativa, entendemos os quilombos contemporâneos por meio de uma perspectiva contra-colonial, “o quilombo não é nem de, nem des, é contra- colonialista. E o Estado Nacional é uma organização colonialista. O Brasil é um estado colonialista [...]”⁴

Também nos apropriamos das definições da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que são frutos das discussões deflagradas no país pós Constituição de 1988, que consideram quilombolas como: ““comunidades negras rurais”, territórios onde vivem as populações quilombolas de origem africana, conceito que incorpora as “terras de santo”, “terras de preto”, “mucambos” e quilombos” (O’DWYER, 2002, *apud* SANTOS, 2016, p. 34).

4 Nego Bispo produz suas discussões que se aproximam dos conceitos decolonial. Embora se aproxime de tais discussões, o quilombola não faz parte de uma produção epistêmica dos conceitos. Suas discussões derivam de umavivência do que é ser quilombola. Veja mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=CQoJOiHyaTY>.

Embora a população quilombola tenha avançado nas conquistas de direitos, como a sistematização no texto do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, ainda hoje permanece na disputa para a autoafirmação, certificação e concretização desses direitos. Na atual conjuntura, as relações de disputa estão intercruzadas e são evidenciadas nas mudanças estruturais de governos e nas funcionalidades das instituições. Segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), o país possui mais de três mil⁵ Comunidades Remanescentes de Quilombos, que estão agrupadas em diferentes regiões do território brasileiro: 2208 comunidades estão presentes no Nordeste; 569 no Sudeste; 369 no Norte; 193 na região Sul e 169 no Centro-Oeste (FCP, 2021)⁶. Desse quantitativo, somente 134 (4,77%) são tituladas (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2020).

Ainda assim, pontuamos que cada território quilombola não se limita aos processos de titularização. Isso nos leva a afirmar que o quantitativo de comunidades quilombolas é bem maior do que as comunidades que têm seus certificados. Os processos de luta em busca dos direitos, muitas vezes, são suprimidos pela própria legitimidade do Estado. Somado à violência governamental, as comunidades quilombolas enfrentam também a violência física. Segundo o relatório “Racismo e violência contra quilombos no Brasil”, produzido pela Terra de Direitos e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), entre os anos de 2008 e 2015 há uma média de dois assassinatos por ano.

Telejornalismo e Representações Sociais

Para as discussões derivadas da Teoria construcionista do Jornalismo, como também das realizadas no campo da Psicologia Social, por meio das Teorias das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009), a realidade é uma construção social⁷ (MARTINS, 2017). Corroboramos com Martins (2017) no entendimento de que o Jornalismo, como as Representações Sociais, de alguma forma, influencia, mudam ou cristalizam as nossas opiniões e atitudes (MARTINS, 2017).

⁵ As informações atualizadas pela Fundação Cultural Palmares apresentam que até 16/07/2022, 3.495 comunidades são reconhecidas como quilombolas.

⁶ Esses dados foram disponibilizados até o fechamento deste trabalho.

⁷ Vale pontuar que o conceito de “construção da realidade” não deve ser remetido exclusivamente ao jornalismo (ALSINA, 2009).

Mediante os processos de veiculação dos acontecimentos que chegam até a sociedade, o Jornalismo no exercício das suas práticas editoriais, contribui para a construção social da realidade (ALSINA, 2009; PEREIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2020; SILVA, 2020). Deste modo, a realidade social pode ser entendida como uma construção da sociedade que é constituída por ela e a constitui (ALSINA, 2009). Tomemos como exemplo a narrativa jornalística. O telejornalismo no dia a dia reproduz e produz acontecimentos. Vizeu; Correia (2008) ressaltam que os telejornais influenciam na agenda pública. É dessa maneira que o mundo possível é o mundo construído pelos sujeitos que narram. A notícia, portanto, entendida como prática do Jornalismo é uma representação da realidade social que se manifesta na construção de um mundo possível. Baseando-se nos estudos da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais pode ser entendida como um construto teórico-metodológico que visa o estudo do senso comum, da partilha dos saberes, que em determinados momentos históricos e sociais não foram estruturados pelo conhecimento institucional. Também tem o intuito de explicar o conhecimento periférico, sustentando-se em trocas sociais presentes na vida cotidiana dos sujeitos, construídas fundamentalmente pelos processos comunicacionais.

As Representações Sociais são um conjunto de explicações, ideias e coerências resultantes da interação social (MOSCOVICI, 2009).

Silva (2018) interpreta que o Jornalismo em suas várias formas utiliza das Representações Sociais para a construção da realidade e dentro do seu próprio exercício dá novos sentidos ao cotidiano contribuindo para a construção, reprodução e disseminação de novas representações do mundo (SILVA, 2018). Partilhamos das reflexões propostas pelo autor ao afirmar que o telejornalismo é uma forma de conhecimento que recorre as representações sociais (SILVA, 2018) e que através das suas práticas, como por exemplo, os enquadramentos, os jornalistas dão sentido às suas narrativas.

Metodologia

Para realizar este estudo, inicialmente, fizemos uma pesquisa bibliográfica sobre as construções do conceito “populações quilombolas”, telejornalismo, representações sociais. Em seguida fizemos a recolha de conteúdos jornalísticos sobre a temática “populações quilombolas” na plataforma digital com *streaming* de vídeos sob demanda

criada e desenvolvida pela Globo, a *Globoplay*. Por fim, realizamos a Análise de Conteúdo, a partir de uma perspectiva quali-quantitativa (BARDIN, 2011) e em seguida observamos por meio da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009).

Optamos por analisar o BATV porque o telejornal é exibido no Nordeste, região que possui o maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Na Bahia existem 829 Comunidades Quilombolas, sendo 674 com Certidões de Comunidades Remanescentes de Quilombos, um número elevado se comparado a outros estados brasileiros (FCP, 2022).

Analizamos os conteúdos jornalísticos, que foram veiculados no telejornal, entre os anos de 2012 e 2019. Vale pontuar que a nossa busca foi desenvolvida em todo o período disponibilizado pela plataforma, do ano de 2012 até o primeiro semestre de 2019, quando encerramos a pesquisa. Utilizamos para a busca desses conteúdos, alguns filtros, a partir do recurso de palavras-chave. Procuramos na plataforma os seguintes termos: “*quilomb*”; *Quilombo*; *Quilombos*; *Quilombola*; *Quilombolas*, para que fosse possível encontrar conteúdos jornalísticos que tivessem a temática estudada⁸.

A técnica de Análise de Conteúdo adotada se divide em duas partes: quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa analisamos as matérias relacionadas a temática “populações quilombolas”, separando-as pelo tempo de duração no telejornal e por assuntos. Dentro dessa abordagem definimos sete variáveis: tema; espaço; fonte; classificação dos sujeitos; formato; ano; mês e duração dos conteúdos no telejornal.

A categoria tema reúne o conjunto de produções que possuem assuntos similares. O conjunto formato separa as produções, identificando-as como reportagens, notas cobertas

⁸ As produções da Rede Globo são disponibilizadas na plataforma *Globoplay*. No próprio sítio há uma seção que destina as produções enquadradas como Jornalismo e também há uma que permite direcionar o usuário para os conteúdos por regiões específicas. Utilizamos esses filtros para refinarmos o nosso objeto. Destacamos também que o nosso objeto está em movimento. Assim, há possibilidades que novas produções (que poderiam fazer parte da nossa análise) sejam inseridas na plataforma. Essas produções podem ter sido realizadas no recorte temporal deste estudo.

e notas simples. Na classificação espaço, separamos as produções por localidade geográfica.

Dividimos também as produções de acordo com o ano e o mês que foram veiculadas, sistematizadas pelas categorias ano e mês. A divisão duração foi criada para identificar o tempo destinado à temática observada. A categoria fonte foi criada para identificar as fontes utilizadas pelos telejornais, a partir da classificação proposta por Schmitz (2011), que sistematiza a partir da seguinte estrutura: categoria, grupo, ação, crédito e qualificação. Todas essas seções agrupam outras divisões: primária, correspondendo a fonte que fornece os dados essenciais para uma matéria; secundária, a fonte que contextualiza, analisa, interpreta, complementa ou comenta a matéria jornalística que foi produzida a partir de uma fonte primária.

Na parte qualitativa buscamos analisar como ocorre o processo de representação e visibilidade das populações quilombolas nos noticiários regionais. Essa análise foi realizada a partir da observação das principais características dos noticiários utilizando dois operadores, a objetivação e ancoragem. Vale lembrar que esses operadores são dois processos geradores das Representações Sociais.

O telejornal

O BATV é um telejornal da Rede Bahia, sediada em Salvador, capital do estado da Bahia, que possui seis emissoras afiliadas à Rede Globo. Presidida pelo empresário e político baiano, Antônio Carlos Magalhães Júnior (REDE BAHIA, 2019), a Rede Bahia de Televisão é a maior da Globo no Norte e Nordeste e é considerada uma das maiores do país, atingindo uma cobertura de 100% do estado da Bahia, com uma liderança de mercado e audiência em todos os horários (REDE BAHIA, 2021).

Apresentado pelo jornalista Fernando Sodake, o BATV possui uma duração média de 20 minutos de exibição e vai ao ar das 19h15 às 19h35, de segunda a sábado. Atualmente possui uma área de cobertura que alcança 139 municípios, e mais de cinco milhões de pessoas, em todo território do estado da Bahia (NEGOCIOS GLOBO, 2020). O BATV é um telejornal que apresenta os principais fatos que ocorreram durante o dia, com enfoque principal na orientação do trânsito (em horas de picos) e notícias sobre futebol.

Análise

Durante o período analisado, o telejornal exibiu 17.686 conteúdos jornalísticos sobre diversas temáticas, totalizando 571 horas e 58 minutos. Mas com relação à temática quilombola, o telejornal veiculou apenas três conteúdos com um tempo total de 4min40. Ao compararmos este tempo com o destinado para produções de outras temáticas, evidenciamos que o quantitativo destinado às populações quilombolas representa 0.011% do total.

Um ponto destacado na pesquisa é o tratamento diferenciado à cobertura de temáticas quilombolas. Tanto no que diz respeito ao tempo de veiculação, como na invisibilidade dos sujeitos. As escolhas que determinam o que pode ou não ser veiculado e o que interessa ou não à população são atravessadas por questões que envolvem a rotina produtiva do Jornalismo, no processo de produção noticiosa, nas seleções do que é incluído e excluído (a partir dos enquadramentos), como também pelas questões ideológicas e estruturais, pois a mídia brasileira é constituída por um número pequeno de grupos econômicos que (re)produzem, em grande medida, a discriminação racial.

Os conteúdos jornalísticos veiculados pelo telejornal foram: uma nota simples, utilizada na televisão para se falar de alguma notícia sem imagens (SIQUEIRA, 2013); uma nota ao vivo com imagens, que agrupa o texto lido, ao vivo, pelo apresentador; e uma reportagem, formato caracterizado por Martins (2017) como uma notícia construída com *off*, sonoras (entrevista gravada) e passagem do repórter (não obrigatória). Os conteúdos veiculados no telejornal BATV foram realizados em diferentes locais. Contudo, os territórios quilombolas apresentados nas notícias estão restritos à região metropolitana da capital baiana, Salvador. Isso reflete a falta de diversidade geográfica das notícias sobre o coletivo.

Foram utilizadas duas fontes na categoria primária, que segundo Schmitz (2011), são aquelas que fornecem os dados essenciais para uma matéria, estando próxima ou envolvida nos fatos. Ambas têm uma ação passiva, ou seja, são organizações ou pessoas que se manifestam quando são consultadas pelos jornalistas fornecendo apenas as informações necessárias. Uma delas é oficial por desempenhar cargo público, representando o Estado e preservando os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas; e outra, institucional representando uma organização sem fins lucrativos ou um grupo social, procurando os jornalistas para a defesa dos interesses políticos e sociais (SCHMITZ, 2011). Ainda seguindo a categorização projetada por Schmitz (2011), a fonte se caracteriza como sendo identificada (on), quando aparece na notícia com o nome, status, cargo, função, condição e quem representa. Quanto

a qualificação, que corresponde a qualidade do depoimento recolhido, as fontes são consideradas confiáveis, “aquelas que mantêm uma relação estável, são acessíveis e articuladas, disponibilizam declarações ou dados de forma eficaz, isto é, a informação certa e verdadeira na hora esperada ou rapidamente” (SCHMITZ, 2011, p.18). No total, foram entrevistadas duas mulheres: uma quilombola e outra não quilombola¹. O tempo destinado às populações quilombolas foi maior quando comparamos com as populações não-quilombolas. Contudo, quando verificamos os conteúdos, vimos que a voz da fonte não-quilombola é transformada em voz passiva e apresentada pelo repórter, por isso o tempo é pequeno.

Ao longo de sete anos, os conteúdos jornalísticos foram veiculados da seguinte forma: um, no mês de agosto de 2017; um, no mês de outubro de 2018 e um, no mês de novembro de 2018. Como apontado acima, agrupamos também os conteúdos jornalísticos segundo a análise temática, desenvolvida a partir da repetição dos temas presentes nos conteúdos jornalísticos. A análise dos temas dos três conteúdos veiculados pelo telejornal consistiu “em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”(BARDIN, 2011, p. 135), neste caso em aguçar o nosso olhar para as produções. Acreditamos que o discurso se organiza a partir de temas centrais (BARDIN, 2011). Os temas apresentados são representações sociais dos quilombolas, geradas pelos processos de ancoragem e objetivação. Após a análise dos conteúdos chegamos as seguintes representações sociais: Invisibilidade; Luta por direitos; Violência. O tempo destinado para cada representação foi: três minutos; um minuto; 40 segundos, respectivamente. Em decorrência do formato deste trabalho.

Apresentamos uma representação social: a violência. Ressaltamos que este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, que analisa como a imagem dos quilombolas é construída por dois telejornais de maior audiência na Bahia e no Maranhão. Na análise que vêm a seguir, destacamos em *itálico* os processos de ancoragem e de objetivação que aparecem nos textos dos jornalistas, de modo a entender o funcionamento dos mecanismos geradores das representações sociais.

Violência

¹ A classificação, “não-quilombola”¹ é entendida como o conjunto de indivíduos que não é considerado pelo telejornal como quilombola. Essa classificação foi construída a partir da nossa leitura pelo crédito apresentado nas notícias.

Araújo (2014) afirma que o racismo influencia os índices de violência no país e decisivamente contribui para que a população negra seja a maior vítima da violência, uma vez que os grupos menos favorecidos, principalmente a população negra, são os mais vitimados pela violência que acomete a sociedade (ARAÚJO, 2014).

As diversas faces do racismo pelos diferentes mecanismos têm sido aplicadas às populações quilombolas retroalimentando as violências. Uma das formas patentes dessa violência são os assassinatos. A região Nordeste foi a que mais concentrou assassinatos de quilombolas, 29, registrando 76,3%, de todo o quantitativo (TERRA DE DIREITOS; CONAQ, 2018). Da região Nordeste, o estado onde ocorreu mais assassinatos foi a Bahia com 13 casos. Ainda segundo o relatório, esses dados indicam provável subnotificação das ocorrências. Nas nossas análises identificamos violências, como agressão intencional que foi direcionada a um quilombola ou a um grupo quilombola por contato físico direto. Mas quando olhamos para o telejornal analisado observamos que a representação da *Violência* ocorre de uma forma banalizada com as populações quilombolas e através da representação há uma legitimação dos comportamentos que reproduzem a naturalização da violência. O telejornal representa os assassinatos como se fosse um dado “normal” das relações sociais. A notícia “Seis trabalhadores rurais de um território quilombola, localizado no município de Lençóis, na chapada diamantina, foram assassinados. Tempo: 40” (BATV, 2017)”. A notícia apresentada narra a chacina dos quilombolas. A jornalista utiliza as objetivações “*foram assassinados*” para a construir a representação social *Violência*, construída pelo tipo de crime ocorrido, apresentando valores e interpretações do acontecimento, “quatro deles *foram mortos* dentro de uma casa e os outros dois em uma segunda casa, mas as *mortes teriam ligação*”; “*os crimes que aconteceram no domingo*”.

Na notícia foram veiculadas algumas informações que não são apresentadas: os nomes dos sujeitos, as idades, profissões, os rostos. Pela representação da *violência* há um apagamento dos sujeitos mediante uma leitura homogênea. A partir de um único elemento, a morte, a chacina dos quilombolas foi reduzida e transformada na nota “seis trabalhadores rurais de um território quilombola, localizado no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, *foram assassinados*”. Outro ponto, a partir desse olhar, é que para o telejornal, além de desconhecer que esses homens possuem identidade, ainda não reservam espaço na notícia para as vozes dos familiares. Contudo, é dado o espaço para duas fontes oficiais: a polícia e o Incra. Neste processo, há desumanização dos sujeitos quilombolas. Há também a naturalização da violência, “o Incra não acredita que as *mortes* estejam ligadas a *disputa*

de terras”. Para o telejornal, o Incra representa a institucionalização de poder e tem autoridade para falar em nome do assunto pautado, sendo o único capaz de oferecer informações fidedignas. Não há um contraponto na narrativa apresentada. Não se explica o porquê da morte dos quilombolas. Se não há disputa pela terra, fato que dá margem para a reprodução da violência, logo esses sujeitos assassinados são bandidos. É nesse viés que a morte é validada.

Os assassinatos presentes nos territórios quilombolas possuem uma relação direta com sua defesa e com a garantia de permanência. Ao longo das suas existências, defender o território e os modos de vida são ações realizadas por estas populações e que são negadas pelas estruturas fundiárias, econômicas e políticas do Brasil.

É importante ressaltar que o racismo é o elemento central e estruturante dessas violências. Seja a partir da institucionalização que nega o acesso à terra para as populações quilombolas, seja pelos poderes econômicos e políticos que desumanizam essas populações e mantêm um sistema de riquezas e privilégios reforçando o não acesso às políticas e recursos, ou até mesmo pela invisibilidade da violência da qual o Estado não leva para si a responsabilidade. “A falha estrutural da política pública é também responsável pelo aumento da violência contra quilombolas” (TERRA DE DIREITOS; CONAQ, 2018, p.18).

Entendemos que há um apagamento do telejornal a não relacionar a morte dos quilombolas aos conflitos fundiários. A partir dos relatos das fontes, o telejornal tende a isolar o fato em um episódio solitário. Não faz também a relação entre a consequência – a morte das populações quilombolas, as ameaças e ataques sofridos – as causas estruturais – que são cíclicas e atingem os territórios quilombolas em todo o país.

O que isso significa? Segundo Siqueira (2013), as diferenças entre os formatos das notícias estão na maneira como as informações são recolhidas, organizadas, estruturadas e apresentadas. Para a autora, a nota simples é utilizada para falar de alguma notícia da qual não se tem imagens. Já a reportagem possui recursos gráficos sendo construída com imagens e a fala das pessoas envolvidas no momento dos acontecimentos. Para Siqueira (2013), a reportagem é mais complexa que uma nota coberta “pois reúne uma série de elementos e um trabalho exaustivo de apuração para uni-los” (SIQUEIRA, 2013, p.67).

A partir desse entendimento questionamos, por que o telejornal apresentou a chacina de seis trabalhadores rurais quilombolas em uma nota simples? Acreditamos que o fato ocorrido poderia proporcionar elementos que possibilitaria a construção de uma reportagem. No ano de 2017, o estado da Bahia concentrou o maior número de assassinatos de populações quilombolas, nove assassinatos, representando 50% dos casos do ano.

Dois desses casos, o assassinato de José Raimundo Mota de Souza Junior, morto a tiros enquanto trabalhava no campo ao lado do irmão e sobrinhos, na comunidade de Jiboia, situada na cidade de Antônio Gonçalves e o assassinato de Lindomar Fernandes Martins, morto após ter a casa invadida, no Território Quilombola de Iúna, situado no município de Lençóis, aconteceram no mês de julho, período anterior à chacina que matou Adeilton Brito de Souza, Gildasio Bispo das Neves, Amauri Pereira Silva, Valdir Pereira Silva, Marcos Pereira Silva e Cosme Rosário da Conceição. Chacina veiculada pelo telejornal (CPT, 2017).

Considerações finais

Refletimos nesse trabalho sobre o que é ser quilombola na visão do grupo de mídia existente na região de grande presença dessa população. O que a pesquisa apontou é um sinal de alerta para se pensar os espaços ocupados, ou melhor dizendo, não ocupados por alguns grupos sociais na mídia comercial e hegemônica. Das 571 horas e 58 minutos de conteúdos jornalísticos veiculados num período de sete anos no telejornal, somente 4min40 foram destinados à temática quilombola. Além do espaço reduzido, o BATV representa os grupos como subversivos, criminosas, sem lugar de pertencimento, sujeitos sem direitos. Representações feitas pelo telejornal, que podem levar a população a um entendimento distorcido dos coletivos.

Destacamos que a imagem das populações quilombolas são criadas também pelo telejornal, com (re)produções de estigmas e estereótipos, como a banalização da violência sofrida pelos quilombolas. Vivenciando diversos tipos de violência, desde as institucionais até as físicas, as populações quilombolas são afetadas pelo telejornal analisado, ao serem representadas majoritariamente como criminosas. Essa reprodução de violências contribui para uma (re)produção do racismo.

Não podemos ser ingênuos em achar que cabe só ao jornalista a responsabilidade

pela forma como essas populações são representadas. O jornalista está imerso em uma relação de trabalho, onde há hierarquias. Apesar dessas restrições organizacionais sofridas pelos jornalistas optamos por deixar uma reflexão/proposta para que os profissionais, ao reconhecer as diferenças a operação do racismo, possam repensar a cobertura jornalística desse grupo.

Como propostas, sinalizamos algumas considerações-guia para um Jornalismo Antirracista a partir da representação apresentada: a violência contra essas, como outras populações não podem ser naturalizadas e banalizadas. Os corpos quilombolas têm nome, endereço, idade, como qualquer outro e não podem aparecer no telejornal com essa humanidade retirada. Levando a uma leitura de um não indivíduo. A desumanização é uma prática de violência com as populações quilombolas e pode reforçar nos telespectadores uma falta de criticidade e até mesmo uma insensibilidade para com essas populações. Acreditamos ser possível construir notícias humanizadas, por isso, aos jornalistas sugerimos que ao noticiar os assassinatos e chacinas envolvendo as populações quilombolas utilizem-se de elementos que vão além da narração do crime: incorporando também pessoas da comunidade, com nome, endereço, profissão, e não somente as fontes institucionais.

Para que a cobertura das populações quilombolas não seja feita apenas de uma forma estereotipada sugerimos duas ações: a primeira é a construção de notícias com diversas temáticas, que podem surgir, sobretudo, a partir de um diálogo com as comunidades quilombolas. A segunda ação corresponde à escolha das fontes. Propomos aos jornalistas que escolham fontes quilombolas para os mais variados assuntos e não somente as fontes institucionais. Obviamente, a pesquisa não se esgota aqui e é importante que futuros trabalhos lancem olhares sobre como as populações quilombolas são representadas pelos telejornais em outras regiões do país. Quem sabe, ironicamente em regiões com menos presença dessa população, diferente do que ocorre na Bahia, o espaço midiático seja mais expressivo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, M. **Construção da notícia**. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/tEI48>. Acesso em: 20/out/2020.

ARAÚJO, J. **Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate**. Revista interdisciplinar de direitos humanos, Bauru/SP, v.2, n.1, 156, junho, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3e1nUVI>. Acesso em: 02/jul/2020.

BATV- Salvador. Apresentado por Fernando Sodake. Salvador: Rede Bahia, 08 ago 2017, 19h20. Duração 20 min. Nota.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Observatório terras quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dZ0EYF>. Acesso: em: 03/jan/2021.

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo: BRASIL 2019**/Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiana: CPT NACIONAL, 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro Geral por Estados e Regiões: Certidões expedidas**. 2021. Disponível em: < https://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-30-06-2022.pdf >. Acesso: em 07/fev/2021.

MARTINS, R. **As Representações Sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/38qX7kw >. Acesso: em 02/jul/2020.

MOM-BRASIL. **Quem controla a mídia no Brasil?**. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/wGKRT >. Acesso: em 05/jan/2021.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NEGOCIOS GLOBO. **Cobertura globo**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/bIK34>. Acesso: em 05/jan/2021.

PADIGLIONE, C. **Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/IN789>. Acesso: em 10/jan/2021.

PEREIRA JÚNIOR, A; OLIVEIRA, E. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/bfAR5>. Acesso: em 15/ago/2021.

REDE BAHIA. **Antônio Carlos Magalhães Junior recebe medalha Ordem do Mérito Industrial da CNI.** 2019. Disponível em:<encurtador.com.br/jnAC9>. Acesso: em 10/dez/2020.

SANTOS, M. **A cultura quilombola e sua presença nos espaços urbanos.** Studium Educationis. Padova/Itália, v.1, n.1, 136, fevereiro, 2016.

SANTOS, A. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SCHMITZ, A. **Classificação das fontes de notícias.** 2011. Disponível em:<encurtador.com.br/PVWX8>. Acesso: em 23/dez/2020.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ASSESSORIA DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA (SECOM). **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016.** 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2AlcOgL>. Acesso: em 09/jan/2020.

SILVA, L. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo.** 2018. Disponível em:<encurtador.com.br/cfqJZ>. Acesso: em 14.out.2020.

SILVA, R. **TELEJORNALISMO LOCAL: a construção da identidade cultural no processo comunicativo.** *Aturá - Revista Pan-Amazônica De Comunicação*, 4(1), 200-215 (2020). Disponível em: <encurtador.com.br/agsH2>. Acesso: em 14/ago/2021.

SIQUEIRA, F. **O efeito de participação do real representado e o surgimento de um novo valor-notícia: o flagrante único de coprodução no telejornalismo.** 2013. Disponível em: <encurtador.com.br/bnuAE>. Acesso: em 14/ago/2021.

SOLOSKI, J. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. IN: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Florianópolis: Insular, 2016. 488p.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TERRA DE DIREITOS; COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ) (ORG). **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

VIZEU, A; CORREIA, J. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (Org). **A sociedade do telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.